

Espaço Jurídico: Journal of Law [EJLL]

v. 23 n. 2, julho/dezembro 2022



E-ISSN 2179-7943

Espaço Jurídico	Joaçaba	v. 23	n. 2	p. 205-414	jul./dez. 2022
-----------------	---------	-------	------	------------	----------------

© 2022 Editora Unoesc
Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc
É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da Editora.
Rua Getúlio Vargas, 2125, Bairro Flor da Serra, 89600-000 – Joaçaba – Santa Catarina, Brasil
Fone: (55) (49) 3551-2065 – Fax: (55) (49) 3551-2004 – editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Coordenação

Tiago de Matia

Agente administrativa: Simone Dal Moro
Revisão metodológica: Carlos Libman, Esther Arnold, Paula Stechenski Zaccaron
Projeto gráfico e diagramação: Simone Dal Moro
Capa: Mix Comunicação

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

E77	Espaço Jurídico / Universidade do Oeste de Santa Catarina. – Vol. 1, n. 1 (jan./jun. 2000). – Joaçaba : Editora. Unoesc, 2000- v. ; 26 cm Semestral 2019-; Quadrimestral 2016-2019 ; Semestral 2000-2015; Publicado a partir do v. 13, n. 1 (2012) sob o título: Revista Espaço Jurídico : Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL] Modo de acesso: https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico Qualis Capes A1 ISSN 1519-5899 – ISSN on-line 2179-7943 1. Direito - Periódicos I. Universidade do Oeste de Santa Catarina.
-----	--

Doris 340.05

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária – Campus Joaçaba

Editores-Chefe

Wilson Antônio Steinmetz, Doutor, Professor PPGD Unoesc, Brasil
wilson.steinmetz@unoesc.edu.br

Robison Tramontina, Doutor, Professor PPGD Unoesc, Brasil
robison.tramontina@unoesc.edu.br

Editores Adjuntos

Carlos Luiz Strapazon, Professor PPGD Unoesc, Brasil
Cláudia Cinara Locateli, Professor PPGD Unoesc, Brasil
Marco Aurélio Rodrigues da Cunha e Cruz, Professor PPGD Unoesc, Brasil
Paulo Júnior Trindade dos Santos, Professor PPGD Unoesc, Brasil
Regina Stela Corrêa Vieira, Professor PPGD Unoesc, Brasil

Editores Assistentes

Deise Helena Krantz Lora, Doutora PUC-RS, Professora da Unoesc
Cláudia Cinara Locateli, Doutoranda, Professora da Unoesc
Afonso Carvalho de Oliva, Doutorando Universidade do Minho - Portugal
Michel Ferrari Borges dos Santos, Doutorando Unoesc
Isadora K. Lazaretti, Doutoranda Unoesc

Secretaria da Revista
Natálie Vailatti, Brasil

ejjl@unoesc.edu.br
Endereço eletrônico: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico>

Indexações

FUNDACIÓN DIALNET | UNIVERSIDAD RIOJA, ESPAÑA
<https://dialnet.unirioja.es/>

SUMÁRIOS.ORG | BRASIL
<http://www.sumarios.org/>

ACADEMIC JOURNALS DATABASE
| SWITZERLAND | SUÍÇA
<http://journaldatabase.info>

DIADORIM | BRASIL
<http://diadorim.ibict.br/>

LATINDEX | UNAM, MÉXICO
<http://www.latindex.unam.mx>

ICAP | REDE PERGAMUM | BRASIL
<http://www.pergamum.pucpr.br/icap/index.php>

REDIB | GOVERNO DA ESPAÑA
<https://www.redib.org/>

Missão: A Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL] dedica-se, prioritariamente, à publicação de artigos científicos sobre direitos fundamentais. A [EJLL] tem preferência por estudos relativos aos direitos fundamentais sociais e civis estabelecidos em Tratados de Direitos Humanos e em Constituições. Neste âmbito, a EJLL tem especial interesse por trabalhos que adotam a metodologia dogmático-jurídica de análise e de crítica da existência jurídica, da natureza normativa, da estrutura formal, da vigência, de vínculos de obrigações, dos meios jurídicos disponíveis para concretizá-los, de restrições, violações e de responsabilidades por atos ilegítimos que envolvem direitos fundamentais. Por causa da atenção com a efetividade social desses direitos, a EJLL também incentiva a submissão de trabalhos que adotam metodologias de análise e de crítica filosófica de teorias e discursos, bem como trabalhos que adotam metodologias das ciências sociais e que ofereçam análise e crítica de políticas públicas específicas, bem como de práticas sociais (de empresas, de movimentos sociais, de organizações não governamentais, de indivíduos) relativas esses direitos fundamentais. Terão alta prioridade para publicação os artigos que ofereçam relevantes contribuições para aprimorar o entendimento relativo ao dever de respeito, de proteção jurídica, de não retrocesso e de efetivação progressiva desses direitos.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO PELOS PARES

A revisão de artigos científicos é realizada pelo método “double blind peer review”. Por esse método, que é também conhecido como de “duplo anonimato”, o autor é anônimo, os avaliadores são anônimos e especialistas na área do artigo. A Revista conta com uma equipe de mais de 80 revisores ad hoc, nacionais e estrangeiros, todos doutores e especialistas nos temas prioritários do periódico. Os revisores podem sugerir a rejeição de artigos, porém com fundamentação. Os originais não são devolvidos. O resultado da avaliação sempre é enviado ao autor. Antes de serem publicados, os artigos aprovados são encaminhados à Editora da Unoesc para a revisão final de normalização e formatação. Os autores terão acesso à versão revisada de seus trabalhos e podem fazer ajustes formais nessa última etapa.

ÉTICA DO PEER REVIEW | EJLL:

FINALIDADE. A revisão por pares garante que apenas boas pesquisas sejam publicadas. É também uma forma de melhorar a qualidade das pesquisas, pois os autores recebem as sugestões e críticas formuladas.

ESPECIALIDADE. Ao receber um convite para revisar um artigo da EJLL o revisor deve considerar se “o artigo realmente corresponde à sua área de conhecimento”.

TEMPO ADEQUADO. O revisor deve considerar se “tem tempo para revisar”. Estimamos que demora, em média, três horas para fazer uma revisão adequadamente. Se não puder, o revisor deve comunicar o editor imediatamente e, se possível, ajustar o prazo com o Editor ou recomendar o nome de outros possíveis revisores.

CONFLITO DE INTERESSES: O revisor deve considerar se há algum potencial conflito de interesse. Um conflito de interesse não impede, necessariamente, a revisão de um artigo, mas transparência com o editor possibilita a correta tomada de decisão pela EJLL.

SIGILO: A revisão deve ser conduzida de maneira confidencial. O artigo não deve ser exposto a outras pessoas. Se desejar saber a opinião de colegas a respeito do artigo, o revisor deve comunicar o editor com antecedência.

COMITÊ DE ÉTICA: Pesquisas que envolvem seres humanos ou substâncias humanas como objeto de pesquisa serão avaliadas também, em blind review, pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNOESC, nos termos do Art. 3o, II, VI e nos temas do Art. 3o, IX, do Regimento Interno, disponível em:

http://www.unoesc.edu.br/images/uploads/pesquisa/res.106-consun-2013altera_regimento_interno_comite_etica_em_pesquisa-unoesc_e_hust_1.pdf

PARECER SUFICIENTE. O revisor deve oferecer um parecer simples, claro e completo. Suas recomendações contribuirão para a decisão final a ser tomada pelos editores.

A PRIMEIRA AVALIAÇÃO:

A primeira avaliação do artigo é feita pela Equipe Editorial da Revista, Editor-chefe e Editor de Seção. Avalia-se se o estudo é um avanço legítimo e inovador, se é apresentado de forma clara e concisa, e se está no contexto mais amplo dos desenvolvimentos da área dos direitos humanos e dos direitos fundamentais.

SUMÁRIO

EDITORIAL

A ANÁLISE PRELIMINAR DE SUBMISSÕES (DESK REVIEW) E O REFERENCIAL TEÓRICO	211
---	-----

DIREITOS HUMANOS E CENÁRIO INTERNACIONAL

A ATUAÇÃO VANGUARDISTA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS EM MATÉRIA AMBIENTAL (2017-2020)	213
--	-----

THE AVANT-GARDE ROLE OF THE INTER-AMERICAN COURT OF HUMAN RIGHTS ON ENVIRONMENTAL MATTERS (2017-2020)

Bianca Guimarães Silva, Carina Costa de Oliveira, Fernanda Figueira Tonetto

DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS

POSICIÓN JURÍDICA DE LA INFANCIA Y LA ADOLESCENCIA EN LOS ENTORNOS DIGITALES	239
---	-----

POSIÇÃO JURÍDICA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM AMBIENTES DIGITAIS

Itziar Gomez Fernández

DIREITOS FUNDAMENTAIS CIVIS

“LAICIDADE À BRASILEIRA” E A DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE ENSINO RELIGIOSO CONFSSIONAL	259
--	-----

“BRAZILIAN SECULARITY” AND THE BRAZILIAN SUPREME COURT’S DECISION ON CONFSSIONAL RELIGIOUS EDUCATION

Letícia Regina Camargo Kreuz, Ana Claudia Santano

O ACESSO À INFORMAÇÃO E AS CONSULTAS JURÍDICAS: OS LIMITES DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA E O PAPEL DA ADVOCACIA PÚBLICA	281
---	-----

THE ACCESS TO INFORMATION AND LEGAL CONSULTATIONS: THE LIMITS OF PASSIVE TRANSPARENCY AND THE ROLE OF GOVERNMENT ´S LEGAL COUNSEL

Mariana Barbosa Cirne, Samuel Lisboa Alves

PERSONALIDADE, SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA: PROBLEMATIZANDO DIREITOS FUNDAMENTAIS DE NOSSA VIDA CIVIL A PARTIR DE <i>WESTWORLD</i>	305
---	-----

PERSONALITY, SEXUALITY AND VIOLENCE: PROBLEMATIZING FUNDAMENTAL RIGHTS OF OUR CIVIL LIFE FROM WESTWORLD

Eder van Pelt

EXECUÇÃO PENAL E SAÚDE MENTAL: CRÍTICA DA MEDIDA DE SEGURANÇA E DIREITOS FUNDAMENTAIS A PARTIR DO REGIME DE DUPLA GARANTIA	321
CRIMINAL ENFORCEMENT AND MENTAL HEALTH: CRITICISM OF THE SECURITY MEASURE AND FUNDAMENTAL RIGHTS FROM THE DUAL GUARANTEE REGIME	
Patrick Cacicedo, Thiago Pedro Pagliuca dos Santos	

MANDATORY VACCINATION REQUIREMENTS AND THE GREEN COVID-19 CERTIFICATE: A FUNDAMENTAL RIGHTS PERSPECTIVE IN ITALY	339
REQUISITOS OBRIGATÓRIOS DE VACINAÇÃO E CERTIFICADO VERDE COVID-19: UMA PERSPECTIVA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NA ITÁLIA	
Stefano Civitarese, Micol Pignataro	

ANÁLISE DE CASOS

RAZÃO PÚBLICA E AMICUS CURIAE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: ANÁLISE DOS ARGUMENTOS UTILIZADOS NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 5.543	365
PUBLIC REASON AND AMICUS CURIAE IN THE SUPREME FEDERAL COURT: ANALYSIS OF THE ARGUMENTS USED IN THE DIRECT ACTION OF UNCONSTITUTIONALITY N. 5.543	
Irenice Tressoldi, Robison Tramontina	

REVISÕES TEÓRICAS

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE	393
ARCHEOLOGY AND HISTORY OF THE PRINCIPLE OF PROPORTIONALITY	
José Adércio Leite Sampaio	